

EDITORIAL

A cada dois anos publicamos uma revista relacionada ao Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana. Este número traz artigos de alguns palestrantes da 17ª edição do CBSH que aconteceu nos dias 12 a 14 de setembro de 2019, na Escola de Governo do Rio Grande do Norte, em Natal. O tema do XVII CBSH foi “Sexualidade: o saber que liberta”, pensado justamente para fortalecer a divulgação dos estudos da sexualidade no país, compartilhando conhecimento, já que “[...] ondas conservadoras, autoritárias, ditatoriais e fundamentalistas temporariamente retornam” (FAGUNDES, 2019, p. 12), ameaçando a produtividade científica e acadêmica no Brasil.

O estudo da sexualidade envolve várias dimensões, por isso o evento contou com cerca de 90 palestrantes de diversas áreas: saúde, educação, ciências sociais, ciências da saúde, que compartilharam seus saberes através de várias modalidades de apresentação: cursos pré-congresso, conferências, mesas redondas, debates, vivências, exposição de trabalhos sob a forma de pôsteres e sessões de temas livres. Além disso, tivemos a participação de entidades parceiras (WAS, SLAMS, FLASSES, Peróla Byington, CEPCoS e FEBRASGO) que promoveram Simpósios com a presença de profissionais nacionais e internacionais. Foram mais de 350 inscritos em um intercâmbio de ideias interessante, motivador e festivo.

A importância de promover eventos de caráter multidisciplinar vai edificando uma perspectiva bastante mais ampla sobre uma área de estudo. Segundo Neves (2019), enquanto a sexologia permaneceu no estrito domínio médico ou terapêutico, reforçou processos de *naturalização* (grifo do autor) e catalogação de comportamentos, reduzindo-os aos conceitos de normal, anormal, desviante, patológico, saudável ou não:

Contudo, à medida que o tema foi sendo deslocado para outros domínios disciplinares e começou a ocupar a arena de importantes debates políticos, a sua dimensão social foi ganhando destaque e edificando uma perspectiva cada vez menos essencializadora e binária das identidades e condutas sexuais. Finalmente, com os contributos da Sociologia, a sexualidade parece ter sido definitivamente convocada para o centro dos dilemas fundamentais da disciplina, em particular daqueles que se ocupam da relação fundamental entre indivíduo e sociedade e, neste sentido, dos processos de *individualização* na contemporaneidade (NEVES, 2019, p. 1).

A sexualidade feminina foi contemplada em cinco artigos. Em *A abordagem atual da dor na relação sexual (dispareunia)* o autor propõe uma orientação de como deve ser a abordagem clínica dessa condição médica, visando melhoria na qualidade de vida das mulheres acometidas pelo problema. Já o artigo *Transtornos de dor gênito-pélvica/penetração: uma experiência de abordagem interdisciplinar em serviço público* relata a implantação de uma abordagem interdisciplinar oferecida nas Disfunções Sexuais Femininas (DSF) para as pacientes com queixas de dor gênito-pélvica/penetração em um ambulatório público especializado para atendimento em saúde sexual, localizado na região Sul do Brasil. A importância desses trabalhos é inequívoca, já que no Brasil, segundo estudo conduzido por Abdo do Prosex, “[...] 40,3% das mulheres afirmaram ter algum grau de dor durante a relação sexual” (LENHARO, 2016).

A função sexual feminina foi tema do estudo descritivo com abordagem qualitativa *Qualidade de vida após o câncer ginecológico: menopausa e função sexual*, que verifica o benefício e a segurança da terapia hormonal, bem como os problemas da saúde sexual frequentemente encontrados nas pacientes acometidas pela doença. Os autores chamam a atenção para a importância dos profissionais da oncologia no impacto significativo na qualidade de vida das sobreviventes de câncer ginecológico, abordando os sintomas menopausais e as preocupações de saúde sexual. A indicação de terapia hormonal para melhora da função sexual feminina também foi abordada no artigo *Uso de testosterona em mulheres com diminuição ou perda de interesse/excitação sexual*, que objetivou rever as indicações da testosterona para mulheres que apresentam disfunção sexual, doses, vias de administração e efeitos colaterais comuns do medicamento. Por fim, no artigo *Função e disfunção sexual feminina durante o ciclo gravídico-puerperal* as autoras fazem uma revisão de literatura sobre as frequentes dificuldades sexuais enfrentadas nesse período, os principais fatores associados e a importância da preparação dos profissionais de saúde, na avaliação e manejo profissional.

Sobre a sexualidade masculina, a revista publica um interessante estudo de caso clínico *A abordagem biopsicosocial de um caso de disfunção sexual masculina*, que apresenta um jovem de 23 anos com queixa de Ejaculação Precoce (EP) e Disfunção Erétil (DE) e diagnóstico de fobia social, traços obsessivos de personalidade e reação depressiva, além de sentimentos de culpa. A associação de medicamentos e psicoterapia resultou em expressiva melhora. O autor refere a importância do trabalho de conteúdos emocionais, principalmente os que alicerçam a formação da identidade masculina.

No campo da educação sexual, dois artigos se ocupam da importância e do processo de formação em sexualidade. *Conquistas e desafios das educadoras e educadores atuantes em educação sexual: subsídios para a formação docente* revela, a partir de pesquisas de extensão universitária na Universidade de Londrina (UEL), no Paraná, as conquistas importantes para os profissionais que trabalham com o tema, como o crescimento em sua visão pessoal e a conquista de maior proximidade com os alunos. Já o artigo *Gênero e sexualidade em pesquisas e na formação continuada* relata uma

experiência de um curso de extensão “Gênero e Sexualidade na escola” (GSE) no estado do Maranhão. O destaque para o trabalho da educação em sexualidade se faz cada vez mais presente, haja vista que a nova Base Curricular Comum, não prevê a discussão do tema, fazendo papel contrário ao que se propunha nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), há duas décadas (MONTEIRO; RIBEIRO, 2018, p. 17). Sendo assim, cada vez mais precisamos fortalecer as iniciativas que objetivam manter e ampliar a reflexão sobre a diversidade, garantindo direitos sociais e ações de inclusão no ambiente escolar.

Ainda neste número, a revisão bibliográfica sistemática e meta-análise *A família e a sexualidade de filhos(as) autistas: o que a literatura científica nacional oferece?* analisou cinco trabalhos, identificando a carência de estudos que abordam a sexualidade do autista e chamando a atenção para o tema. Segundo Diehl, Cordeiro, Berardineli e Narciso (2019) a popularização da educação escolar inclusiva gerou aumento expressivo de alunos com TEA nas salas de aula, contrastando com o desconhecimento sobre esse transtorno por parte de educadores, além da falta de estratégias pedagógicas. Por apresentarem características específicas, pouco conhecidas e trabalhadas no ambiente social e escolar, muitos portadores de TEA correm risco de tornarem-se alvos de problemas relativos a questões sexuais.

Acompanhando as discussões atuais sobre o uso da tecnologia como ferramenta para aproximação e manifestação de comportamento sexual, o artigo *A tecnologia aproximando relações na longevidade* traz uma perspectiva otimista na interação social de idosos, e, portanto, na promoção de qualidade de vida.

Além do rico conteúdo dos artigos, a entrevista deste número foi realizada com o médico, sexólogo e antropólogo Dr. Ricardo Cavalcanti, um dos fundadores da SBRASH.

Ótima leitura!

Ana Canosa
Editora RBSH
Diretora de publicações da SBRASH

Referências

- DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; BERARDINELI, F. M. P.; NARCISO, G. P. Educação escolar inclusiva para autistas ou inclusão perversa? Sexualidade e transtorno do espectro do autismo. In: CANOSA, A.; ZACHARIAS, R.; KOEHLER, S. *Sexualidades e violências: um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade*. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2019. p. 151-184.
- FAGUNDES, T. C. As políticas educacionais e a questão de gênero. In: RIBEIRO, M. (org.). *A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos*. Rio de Janeiro: WAK editora, 2019.
- LENHARO, M. Brasileiros fazem sexo três vezes por semana, em média, diz estudo. *Bem-Estar. G1*. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/06/brasileiros-fazem-sexo-tres-vezes-por-semana-em-media-segundo-estudo.html>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- MONTEIRO, S. A. S.; RIBEIRO, P. R. M. A “in”visibilidade dos temas da sexualidade no ambiente escolar e a formação docente. *Revista Internacional de Formação de Professores*, v. 3, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/1399/1021>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- NEVES, D. M. Sexualidade: saber e individualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54146, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200202&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2019.